



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

**ATA DA 15ª REUNIÃO DO CONDEL, REALIZADA
EM 13 DE JULHO DE 2012, NO MUNICÍPIO
DE FORTALEZA (CE).**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

ATA DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA EM 13 DE JULHO DE 2012, NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA (CE).

Aos 13 dias do mês de julho do ano de 2012, às 10h, horário de Brasília, no Centro de Eventos do Estado do Ceará, em Fortaleza – CE, sob a condução do Presidente do CONDEL, Excelentíssimo Senhor Fernando Bezerra de Souza Coelho, Ministro do Ministério da Integração Nacional, teve início a 15ª Reunião Ordinária do CONDEL/SUDENE, com as presenças dos membros Conselheiros, Excelentíssimos (as) Senhores (as): Cid Ferreira Gomes, Governador do Estado do Ceará (titular); Eduardo Henrique Accioly Campos, Governador do Estado de Pernambuco (titular); Ricardo Vieira Coutinho, Governador do Estado da Paraíba (titular); Rosalba Ciarlini Rosado, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte (titular); Renato Casagrande, Governador do Estado do Espírito Santo (titular); Antônio José Moraes de Sousa Filho, Vice-Governador do Estado do Piauí; Luiz Gonzaga Paes Landim, Superintendente da SUDENE e Secretário-Executivo do CONDEL (titular); Paulo Sérgio Ferraro, Presidente interino do Banco do Nordeste (titular); Flávio Viriato Saboya Neto, Representante da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA (titular); Eduardo Prado de Oliveira, Representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI (suplente); Lázaro Luiz Gonzaga, Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC (suplente); Alessandro Jair dos Reis, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC (titular); Ângela Maria de Sousa Silva, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG (titular) e as Excelentíssimas Autoridades convidadas: Leônidas Cristino, Ministro de Estado de Portos; Márcia Quadrado, Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário; Marcos Dal Fabbro, Diretor de Fomento à Produção e à Estrutura Produtiva do Ministério do Desenvolvimento Social; Mônica Avelar Antunes Neto, Coordenadora Geral de Acompanhamento da Produção Agropecuária do Ministério da Fazenda; Gil Pereira, Secretário de Estado de Desenvolvimento do Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Maurício Macedo, Secretário de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Maranhão; Antonio Valença, Assessor Especial da Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia; Emmanoel Ferro, Diretor Presidente da Previdência Municipal de Petrolina/PE, representante da Associação Brasileira de Municípios; Gary Stahl, representante da UNICEF do Brasil, além dos Parlamentares e demais autoridades presentes da área de atuação da SUDENE e Brasília. A Reunião contou também com a presença do Diretor e Assessor Especial da SUDENE, Senhores Marcos Robalinho e Adonis Oliveira, respectivamente e dos Secretários do Ministério da Integração Nacional, representados à mesa pelo Secretário de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, Jenner Guimarães do Rego. Inicialmente, o Mestre de Cerimônia passou a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro Fernando Bezerra Coelho para dar início aos trabalhos. O Ministro saudou nominalmente todos os



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

presentes, agradecendo a presença de todos Conselheiros e as autoridades convidadas, entre elas, o Ministro Leônidas Cristino, que gentilmente aceitou o convite para fazer a apresentação das ações do Governo Federal na área de infraestrutura portuária do Nordeste brasileiro. Expressou a imensa alegria e satisfação de estar realizando a 15ª Reunião Ordinária do CONDEL da SUDENE, em Fortaleza, no magnífico empreendimento que é o centro de eventos do Ceará, elogiando a oportuna iniciativa do Governo do Estado. Cumprimentou o novo superintendente da SUDENE e ressaltou ser a primeira reunião do Senhor Paes Landim no CONDEL. Antecipou seus agradecimentos ao Senhor Guere Stal, representante da UNICEF e registrou a presença de parlamentares. Nesse momento foi passada a palavra ao Governador anfitrião, Excelentíssimo Senhor Cid Gomes, para a saudação inicial. O Governador Cid Gomes teceu seus cumprimentos a todos os presentes no evento e falou que, em nome dos Cearenses, queria registrar a grande expectativa sobre a nova gestão para o resgate da importância da Autarquia no planejamento e no fomento da atividade econômica, visando o desenvolvimento do Nordeste e dos estados que fazem parte da área de atuação da SUDENE. Após sua fala de boas vindas, ressaltou a honra em sediar a segunda reunião do CONDEL sob a Gestão do Ministro Fernando Bezerra Coelho e a primeira do novo Superintendente. Complementou que a SUDENE necessita de um quadro de pessoal que possa efetivamente percorrer cada Estado e pensar projetos estruturantes e não somente das iniciativas dos estados, para que o Nordeste cresça de forma integrada. Finalizou suas palavras dizendo “mesmo entre estados nós constatamos diferenças e desigualdades gritantes que precisam ser encaradas e repito não enxergo um fórum mais adequado, com mais tradição, com mais história do que a SUDENE para realizar essa tarefa, estou ressaltando isso para dizer a honra e a importância que damos e conferimos na realização, aqui, desta reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, sejam todos muito bem vindos e que esta reunião possa ser objetiva com resultados práticos em benefícios dos nossos estados e da nossa região”. Voltando com a palavra o Ministro ofereceu a palavra ao novo Superintendente que deu início ao seu discurso como se segue: “Meu batismo de fogo em reuniões da SUDENE se dá nesta manhã ensolarada de Fortaleza e eu fico feliz com a circunstância de vivê-lo, coincidentemente, com um momento de festa do Governo e da brava gente cearense. Senhores Conselheiros! Minhas Senhoras e meus Senhores! Com pouco tempo de trabalho à frente da autarquia, tenho plena convicção que o Nordeste pagou um preço bem caro pela extinção da SUDENE. O principal passivo é o recrudescimento da concentração de renda em termos inter-regionais. Há pouco mais de 10 anos, participávamos com 16% do PIB nacional. Hoje, estamos reduzidos a 13,5% (IBGE), ancorados em grande parte nos programas sociais do governo Lula e ampliados pelo governo da Presidenta Dilma. A partir de 2005, as taxas anuais de crescimento do PIB regional foram predominantemente superiores às do Brasil, o que criou uma certa euforia na região, tida como a “bola da vez” pela imprensa especializada. Todavia, há um evidente paradoxo nisso tudo: por que as taxas de crescimento do NE foram maiores do que as do Brasil e, mesmo assim, sua participação na economia nacional se manteve da ordem de 13%? A resposta é simples. O percentual maior da economia do NE é aplicado sobre uma base menor, ao contrário do Brasil, onde se aplica um percentual menor sobre uma base consideravelmente maior, resultando, evidentemente, em



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

acréscimo econômico superior ao nordestino. Temos duas economias, distanciadas por ritmos diferentes, quando o ideal seria que houvesse uma confluência de estágios de desenvolvimento. Sendo assim, resulta evidente que o único caminho para aproximar as duas economias, que continuam crescendo, é fazer com que nós nordestinos crescamos a taxas maiores do que o dobro das taxas do Brasil. Assim, em um período de 20 anos, nos aproximaríamos de uma participação ao redor dos 20% do PIB do Brasil. Seria o que chamamos de 20 + 20, em homenagem à minha origem socialista. Solicitei ao corpo técnico da SUDENE que se debruçasse sobre temas macroeconômicos do NE, de forma a determinar, entre outras coisas, qual seria o volume de investimentos necessário para tornar realidade a projeção de crescimento referida anteriormente, do que resultou, preliminarmente, a necessidade da captação de vultosos investimentos em infraestrutura e na capacidade produtiva da região. Como já foi dito, esta relação está na marca de 13% do PIB, para uma população de 27% da nacional, hiato este que nos condena à pobreza continuada. Não haverá, pois, um Brasil rico, enquanto houver um NE pobre! Todavia, não haverá um NE próspero, enquanto houver um semiárido atrasado e semifeudal. Sob a lúcida e firme orientação do Ministro Fernando Bezerra, brasileiro ilustre, nordestino de boa cepa, o Governo Federal vem de priorizar e modernizar os mecanismos de atração de investimentos, os subsídios e os incentivos para o NE. No entanto, é preciso que nós – políticos, empresários, intelectuais e formadores de opinião – nos apercebamos que os incentivos são meramente meios, e não um fim em si mesmo. Eles são instrumentos na implantação de um Projeto de Desenvolvimento Regional, projeto este que queremos consubstanciado em sua inteireza no PRDN, principalmente face à competência legal da SUDENE para elaborá-lo, em articulação com os governos estaduais e os ministérios. É preciso internalizar, com firmeza e determinação, os conceitos de uma Política Nacional de Desenvolvimento, para que o nosso Plano de Desenvolvimento Regional seja um Projeto de Estado, uma projeção regional de uma necessidade nacional, transformando o desenvolvimento do NE em um Objetivo Nacional Permanente. Nos próximos 30 dias a SUDENE, como forma de legitimar os debates, vai ouvir os Estados sobre o ato de pensar o Nordeste. E não só a médio e longo prazo, mas também para priorizar um conjunto de programas e projetos, a serem negociados com o Governo Federal, visando a inclusão na Proposta Orçamentária da União, a ser enviada ao Congresso no final de agosto. Dentre tais projetos, pedimos a devida vênua para elencar alguns, de forma enunciativa e não taxativa, a saber: Trem de Passageiros Para Integração das Capitais do Nordeste; Aviação Regional; Internet nos Municípios do Nordeste com Plano Nacional de Banda Larga; *Hubs* Portuários; ZPEs; EADIs (Portos Secos); Gasoduto Peritoró/São Luiz e Peritoró / Teresina / Piri-piri / Sobral / Fortaleza; Produção de Fertilizantes Fosfatados e Nitrogenados; Programa de Altos Estudos Estratégicos sobre Desenvolvimento Regional; Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, Pólo Fármaco-Químico; Centro de Estudos Climáticos; Centros de Pesquisa em Energias Renováveis; Programas de Melhoria Genética (Soja, algodão caju, etc.) e trigo no cerrado; Apoio Tecnológico a Pequenas e Médias Empresas. Mas, é preciso concluir com alguma reflexão provocativa! No lúcido pensamento do Prêmio Nobel Amartya Sen, vivemos em um mundo de opulência e, não obstante isso, ‘a renda ou a riqueza é uma forma inadequada de julgar a vantagem’, contando antes a aptidão real ou as capacidades totais de lidar com a riqueza, porque



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

‘ela tampouco serve como indicador do tipo de vida que podemos alcançar’. Assim, inspirados no pensamento do economista indiano, pode-se dizer que o Conselho Político da SUDENE está aqui reunido para avaliar as capacidades totais do NE, com vistas à realização de seus elevados objetivos regionais no contexto do cenário sócio-político brasileiro. A abordagem das possibilidades do NE com foco em suas capacidades totais, em vez do foco tradicional sobre a renda e a riqueza, muda totalmente a concepção de pobreza até então reinante nos meios técnicos e políticos. Nas palavras de Sen, a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, mas apesar disso, na sua abalizada opinião, ‘a pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas, em vez de meramente como baixo nível de renda’. Expandir as capacidades humanas para expansão das produtividades, e, por conseguinte a renda, eis o caminho. Assim, como a pobreza não é somente privação de renda, o papel fundamental da SUDENE, neste novo século de desenvolvimento, é o de promover o aumento das capacidades totais da região para a conseqüente expansão das produtividades e do poder de auferir rendas. Unidos, chegaremos lá!”. O Ministro Fernando Bezerra agradeceu e passou para o 1º item da pauta colocando em discussão e deliberação a dispensa da leitura e colocar em votação a ata da 14ª Reunião Ordinária realizada no Recife, em 27 de abril do corrente ano. Não havendo interessados no debate, colocou em votação e foi aprovada a ata da reunião anterior. O segundo item da pauta foi discussão e votação da proposição nº 49 que trata da alteração no programa de aplicação do fundo condicional de financiamento do Nordeste, FNE, aprovada em caráter *ad referendum*, que estabelece novos limites de financiamento para aquisição de matéria prima, insumos, formação de estoque além da exclusão de restrição do financiamento para capital de giro, e custeio associado e isolado dos beneficiários de grande porte, bem como as condicionantes para realização de capital de giro, custeio isolado também às médias e grande empresas. Colocou em votação, aprovado. Ressaltou que todas essas matérias foram analisadas pelo Comitê Técnico que se reuniu previamente, sob orientação dos Senhores membros do CONDEL, portanto serem assim matérias pacificadas. Em seguida colocou o terceiro item para discussão e votação, a proposição que trata dos demais ajustes no programa de aplicação do FNE referente ao exercício de 2012, compreendendo primeiro a nova projeção para distribuição nos recursos de financiamento, por porte de beneficiário e segundo, as adequações decorrentes da resolução nº 49 que tratou dos ajustes ao programa. A programação, definida pela portaria nº 118 de 2012, do Ministério da Integração, bem como aquela criada na 14ª reunião do CONDEL, que foi o programa emergencial para a seca, em cumprimento a resolução nº50. Assim colocou para apreciação e votação, aprovado. Continuando colocou para discussão e votação, o quarto item da pauta, proposição que trata dos resultados do pacto do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, relativo ao ano de 2011, cujo relatório é encaminhado pelo Banco do Nordeste referente às aplicações do FNE no exercício anterior, colocou em discussão, em votação, aprovado. O quinto item da pauta: discussão e votação de proposição que trata das diretrizes e prioridades a serem observadas pelo FNE, para o exercício de 2013, que seriam as sugestões dos Senhores Governadores, do MI, do Governo Federal para a programação da aplicação do FNE para o próximo exercício e que também foi alvo de discussão e consenso obtido no Comitê Técnico, reunido previamente a 15ª reunião, desta forma, colocou em votação,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

aprovado. Em seguida informou sobre um item extra pauta, que foi apresentado pelo Banco do Nordeste do Brasil: “modificação da regulamentação que foi aprovada pelo CONDEL em abril de 2010, atinente ao FNE, objetivando ajustes em seu conteúdo de forma a reorientar a liquidação de dívidas pelo equivalente financeiro do valor de bens passíveis de penhora, conforme previsto no artigo 15 da lei 7.827 de 27 de setembro de 1989”. Tal proposição explicou que tem sido motivo de intensos debates entre os membros do CONDEL e que existiam diferentes posicionamentos em relação a essa matéria, mas que recentemente o Banco do Nordeste encaminhou e foi apreciada pelo Comitê Técnico, proposta que referente ao artigo 4º da proposição, que orienta a forma de liquidação de dívidas do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, e que a divergência é no que diz respeito ao percentual mínimo, a ser observado, quando da liquidação pelo equivalente financeiro, que não poderá ser inferior a 30% da dívida atualizada. O Ministro ponderou que seria importante uma explicação de forma apropriada: “a lei tratou, por iniciativa do Congresso, de conceder ao Banco do Nordeste um instrumento para recuperação dos seus ativos, aqui não se trata de benefícios para credores, aqui se trata de um instrumento, a favor do Banco de recuperar os seus ativos, é inclusive orientação oferecida pelo Tribunal de Contas da União para as outras instituições federais, financeiras, como a Caixa Econômica Federal e como o Banco do Brasil; ocorre que neste CONDEL já durante 3 anos existe uma forte divergência entre os argumentos, que são colocados pelo Banco, Ministério da Fazenda e por alguns Senhores Governadores e representantes das classes produtivas, foi tentado nessa reunião de 2010, por proposta inclusive do Governador de Pernambuco, se testar o percentual de 30% e nós estamos há dois anos com esse percentual de 30% e a recuperação da inadimplência do Banco foi, praticamente, quase nenhuma recuperação foi oferecida, se propôs depois um percentual de 10%, mas essa posição foi revista agora recentemente pelo Banco do Nordeste, voltando aos 30%, mas fazendo uma série de aperfeiçoamento nas normas que orientam a recuperação dos créditos, então, o que nós temos em divergência, apenas para poder aclarar o debate, é que se deve ter um percentual mínimo ou se os créditos devem ser recuperados baseado no que se diz a Lei que é a equivalência patrimonial dos bens oferecidos em garantia quando da contratação dos financiamentos, e existem também um grande impasse, que é sobre a questão da atualização dessa dívida porque quando a dívida é atualizada, e é colocado os juros de inadimplência, o valor da dívida se multiplica muitas vezes mais do valor que foi adquirido com o próprio financiamento, então esta é a discussão”. Por não existir consenso sobre a matéria, abriu-se a discussão e devido a não existência de definição coesa, o Ministério da Integração assumiu a posição de se abster da votação e ofereceu a abertura do debate. A Governadora Rosalba solicitou a palavra e concordou com o Ministro e com o Governador Cid Gomes, quanto à importância de ouvir o Banco do Nordeste, representado pelo seu Presidente. O Ministro passou a palavra ao Senhor Ferraro, Presidente do Banco do Nordeste agradeceu ao Ministro e ao Governador Cid Gomes, pela deferência, aproveitou para tecer seus cumprimentos a todos os membros do Conselho e autoridades presentes. Antes de falar sobre o motivo da retomada da referida matéria, com fatos relevantes da decisão anterior solicitada, inclusive, pelo Governador Eduardo Campos, destacou o papel do Fundo Constitucional (FNE) e o que este representa no âmbito da sua qualidade e do seu ativo. Destacou que o Fundo



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado como instrumento de política pública federal para ser operado pelo Banco do Nordeste com objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio da execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Com recursos federais, o FNE financia investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro ou custeio. Além dos setores agropecuário, industrial e agroindustrial, também são contemplados com financiamentos o turismo, comércio, serviços, cultura e a infraestrutura econômica da região e que nos últimos oito anos, o FNE teve forte concentração de seus recursos, em torno de 80%, no crédito rural, devido ao crédito rural representar 70% da área de atuação do Banco, inclusive o Semiárido, e a importância do Fundo em ser realimentado. Após importantes explicações, o Presidente interino do BNB, Paulo Sérgio Ferraro, voltando ao assunto em questão, finalizou dizendo que a medida proposta, para apreciação do Conselho, traria ao BNB a garantia de pagamento de, pelo menos, 30% da dívida, ressaltando que os devedores colocam seu patrimônio como garantia, porém, a taxa de inadimplência referente ao FNE é de 3,4 %, e que o patrimônio dos devedores nem sempre são equivalentes à dívida. O debate continuou entre os conselheiros e parlamentares presentes, a exemplo da Governadora Rosalba, Governador Eduardo Campos, Governador Cid Gomes, Deputados Federais Mauro Benevides, José Guimarães, Danilo Fortes e Paes Landim. A Governadora Rosalba lembrou que a questão já fora feita no passado com os 30% sem nenhum resultado, mesmo com novos elementos para serem analisados, fez seu pedido de vista, para que todos pudessem analisar com mais tempo. O Ministro perguntou se outro membro do CONDEL desejaria se manifestar sobre o tema. A Governadora perguntou quando estaria prevista a próxima reunião do CONDEL sendo informada que seria no mês de outubro. O Governador Eduardo Campos solicitou ao Ministro que fosse ouvido o Deputado Danilo Forte, relator da matéria em questão na câmara. Acatando a sugestão e por questão de ordem, ofereceu a palavra ao Deputado Mauro Benevides que saudou todos os presentes e fez um histórico sobre o surgimento do FNE e ponderou que se a julgar pelo exercício passado quando R\$11 bilhões praticamente foram aplicados nesses três seguimentos e, com a modificação operacional pretendida pelo Presidente Ferraro, levantou a hipótese em se modificar os critérios disciplinados por lei, regulamentando o artigo 159, ampliando os recursos aplicados através do FNE, e que essas modificações talvez tivessem que ser manifestadas pelo parlamento brasileiro. Com a palavra o Deputado Danilo Forte colocou que o Brasil vive um novo momento em relação a política industrial, com as duas medidas provisórias números 563 e a 564 em relação a tomada da indústria brasileira, titular do plano Brasil maior. Ressaltou que o Governo brasileiro quer recuperar o PIB, resgatar uma atividade econômica importante e para isso induzir que os governos criem condições ao empreendedor de montarem seu empreendimento. Solicitou a Governadora Rosalba reflexão e que para poderem avançar nessa construção, pois na MP já estavam avançando sem estabelecer limites e que em alguns dos órgãos oficiais de fomento tal assunto virou uma “conta prejuízo”. Destacou que o CONDEL tem as ferramentas para fazer avançar o desenvolvimento econômico da Região, lembrou que todos os pontos devem estar em consenso com o Ministério da Fazenda, com o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, com o Ministério da Integração.



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

Com a palavra, o Governador Eduardo Campos aproveitou para agradecer a bela acolhida pelo Governador Cid Gomes e cumprimentou os demais presentes. Fez um apelo aos senhores conselheiros, lembrando da discussão sobre a matéria em abril de 2010 e que o Banco do Nordeste apresentou os números e a necessidade de uma regulamentação, fruto inclusive de debate do próprio Conselho Fiscal do Banco e dos órgãos de controle, que fora debatido no CONDEL e que produziu uma posição de consenso em um percentual de 30%, na equivalência patrimonial. Lembrou que a situação em 2010 era bem distinta da situação em 2012 que se tem o empenho da Presidenta Dilma e de toda equipe econômica. A economia americana não reencontrou o caminho de crescimento o que tem efeito sobre a realidade econômica brasileira, somando-se que o Semiárido, com 22 milhões de Nordestinos sofrem com a estiagem mais agressiva nos últimos 50 anos. Para realmente melhorar a economia Nordestina para milhares de pessoas que podem ter suas vidas alteradas a partir da decisão desse Conselho, seria optar sem a cobrança dos 30%. O Ministro perguntou a Governadora Rosalba se estaria mantida sua posição de vistas à matéria em discussão. A Governadora disse que sim, em função de não poder diminuir ou isentar essa taxa. Nesse momento a palavra foi passada ao Deputado José Guimarães que externou aos governadores o clima que foi construído no Congresso Nacional sobre o tema, e que era unânime de todos os partidos da base ou da oposição, dos temas tratados nas três MP's, números 563, na 564 e na 565, de se abrir uma possibilidade para renegociação e que o Banco avançando com esta medida, em concordância com o Governador de Pernambuco, seria fundamental para o Nordeste não diminuir o seu crescimento esse ano. O Governador Cid Gomes lendo o artigo 4º, destacou a proposta que está em apreciação e que foi o consenso do Banco do Nordeste e do Ministério da Fazenda, representando um avanço, por dar uma nova redação ao artigo 4º, embora mantendo 30%, na integra o artigo 4º com a nova redação "Em nenhuma hipótese a liquidação pelo equivalente financeiro poderá ser efetuado por um valor inferior a 30% da dívida calculada pelos encargos normais da operação". A Governadora Rosalba não encontrou essa redação e o Ministro solicitou um esclarecimento do Secretário de Fundos do MI, Jenner Guimarães. O Secretário falou que a medida quando aprovada anteriormente em 2010 previa que a atualização seria com base nos encargos de normalidade, e expurgava a mora para efeito de base de referência para estabelecimento desse percentual de 30% mínimo do saldo devedor a ser pago independente do valor do patrimônio e que a modificação proposta está mais na dispensa de algumas exigências que o Banco fazia anteriormente para que ganhasse mais agilidade, sobretudo, nas operações para os pequenos; a questão de dispensa de mora, que é outra medida que está sendo adotada, dentre essas, e que foram aprovadas anteriormente, o Banco do Nordeste não tinha autonomia para dispensar um encargo moratório do FNE, então essa seria uma medida, que ajudaria no operacional do Banco no dia a dia, para renegociação de dívidas de inadimplência recente. A proposição que estava em debate no CONDEL é a do artigo 15D, referente às operações antigas, ajuizadas a bastante tempo e cujo o patrimônio é insuficiente para honrar a dívida com encargo de normalidade. A proposta que está em votação: proposta de manutenção dos 30%, na forma de considerar o valor do patrimônio, abatendo-se as dívidas previdenciárias fiscais e trabalhistas. O Ministro complementou que o Banco só poderá operar se o CONDEL aprovar a resolução, pois, os recursos são orientados e



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

definidos pelo Conselho da SUDENE. A Governadora Rosalba sugeriu diminuir para 15%. O Ministro esclareceu que teriam que deliberar o que está em discussão e ao colocar em votação é a proposta original, evidentemente, que poderá ser emendada para o percentual que for encaminhado e sugerido aqui por membros do CONDEL ou não colocar em votação e acatar o pedido de vista para que seja apreciado na próxima reunião em Salvador. A Governadora solicitou esclarecimento sobre uma colocação do condutor da bancada nordestina quando falou que esta resolução não teria efeito prático. O Ministro esclareceu que o BNB só pode operar com essa resolução, e o que a discussão da medida provisória no Congresso está na direção da equivalência patrimonial sem restrição ao percentual, e em qualquer circunstância o Banco só pode operar se o CONDEL aprovar a resolução, porque os recursos são orientados e definidos pelo Conselho. Após grande debate entre os governadores o Ministro disse ser importante que se possa colocar o consenso em matérias polêmicas e que esse tipo de matéria fosse votada previamente, apreciadas pelos órgãos que compõem esse Conselho, sobretudo pelo Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento que coordenam a política econômica do Governo Federal. Renovou o apelo aos senhores conselheiros de que podem e devem oferecer propostas de emendas ao texto que estaria sendo votado, portanto a proposta do representante da CNA, poderia ser apreciada. Mas, que se deveria votar a proposta formulada pelo Banco do Nordeste e que este testaria os novos critérios para saber se serão eficientes na recuperação de créditos. Com estas modificações o Banco teria a capacidade de recuperar os créditos dos pequenos produtores rurais, dos pequenos tomadores dos empréstimos até R\$1,0 milhão de Reais. O Banco teria um período de 90 ou 120 dias para dizer da eficácia, e dependendo da resposta obtida se poderia levar uma posição mais do que consensual nesse Conselho. Por fim, foi colocada em votação a proposta apresentada pelo BNB que tem o apoio do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento. E votada a proposta original ficou em aberto a apresentação de destaques ou emendas que se quisessem apresentar com a proposta já votada. O Governador Cid Gomes sugeriu que, como há dois anos que estamos discutindo essa matéria, que se colocasse em votação tudo, aprovando-se o que for consensual e destacando-se o que não tiver consenso e votando-se em seguida. O que houve concordância da maioria dos Conselheiros. O Ministro pôs em votação a proposta original do BNB. Aprovado. Em seguida colocou em votação o destaque apresentado pelo representante da Confederação Nacional da Agricultura com o apoio da governadora do Rio Grande do Norte: que sugere a mudança do percentual de 30% para 15% . (Aberta discussão do destaque). Com a palavra o Governador Cid Gomes salientou sua defesa ao BNB e propôs que se fizesse 25% agora e desse tempo ao Banco para que, mais a frente, fosse reexaminado. A Governadora e demais Conselheiros resolveram outra proposta: 25% com avaliação até dezembro de 2012. O presidente interino do BNB ressaltou que as medidas tomadas pelo Banco deveriam estar em consonância com a Fazenda, e que não teria autonomia para tomar tal decisão de reduzir o percentual, sem olhar o impacto que seria gerado, não só no fundo como na proposição. O Ministro falou de uma revisão no destaque para se votar o percentual de 25%, diferentemente da proposta original de 30% já apreciada por este conselho. Entrou em votação o destaque com a correção do percentual de 30 para 25%. Em votação o destaque de 25%. O Ministro manifestou voto contrário ao destaque e teve que colher os



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

votos dos representantes do governo federal presentes nesta reunião. Os Votos contrários foram do Ministério da Integração, da SUDENE e do BNB. O Ministro, presidente do CONDEL considerou aprovada a proposta dos 25% ressaltando os votos contrários. Encerrando a pauta da 15ª Reunião do CONDEL/SUDENE. O representante da CNA lembrou a reunião técnica do dia 06 de julho e que havia sido proposto a discussão do problema de enfrentamento da Seca e indagou como ficaria esse assunto. O Ministro respondeu que faria uma apresentação na sequência mostrando um rápido balanço das ações do Governo Federal implementada nos últimos 90 dias para essa questão da estiagem no semiárido. No momento teriam mais de 8 milhões de pessoas afetadas pela estiagem no semi-árido e a secretária nacional de defesa civil já dera o reconhecimento de 1.187 municípios. As ações do Governo Federal foram: bolsa estiagem; garantia safra; a venda de balcão; o leilão de milho pela CONAB; ação de recuperação de poços; operação carro pipa; transferência de recursos para socorro e assistência e linha emergencial de crédito com recursos do FNE através do BNB. Elucidou os recursos liberados para cada ação já correspondendo a um desembolso de R\$60 milhões. Chamou atenção para os Estados de Alagoas e Sergipe, que ainda não tinham encaminhado pelos municípios ou Estados, para apreciação do MDA, o processamento do pagamento do garantia safra aos pequenos produtores. Destacou a Bahia, Ceará e Pernambuco com números bastante expressivos de pequenos produtores assistidos. Ressaltou o Leilão de Milho, quando a CONAB colocou a disposição do Nordeste 400 mil toneladas de milho ao preço de 18,10 centavos a saca de 60kg e que só tinham sido comercializados 42 mil toneladas, acreditando que isso se devia à logística empregada para distribuição do milho em cada um desses Estados. Solicitou uma melhor articulação junto a CONAB. Acrescentou que a Secretaria Nacional de Defesa Civil tinha feito alocação dos R\$ 60 milhões que foram disponibilizados na medida provisória e que estariam recuperando 2.400 poços, beneficiando 120mil famílias. O Secretário Gil Pereira indagou a diminuição dos valores para com seu Estado, Minas Gerais. O Ministro disse que iria analisar e ressaltou que alguns Estados estavam com seus pagamentos em pendência devido ao aguardo da documentação necessária para tal. Os Estados que tinham sido atendidos, até o momento foram, Bahia, Minas, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Sobre a Operação Carro Pipa, já haviam sido descentralizados ao Ministério da Defesa R\$ 99 milhões e que contavam com 3.328 carros, cobrindo 625 municípios e atendendo uma população estimada de 2,8 milhões de pessoas. O Governo Federal transferiu os recursos para que pudessem oferecer ações de carro pipa, pudessem recuperar poços, comprar cestas básicas ou ainda fazer qualquer outra ação de assistência e socorro. Sinalizou aproximadamente R\$125 milhões de recursos disponibilizados. Perguntaram ao Ministro se o crédito poderia ser usado para a compra de ração e este respondeu que sim, porém, teria que ser submetida ao parecer da Secretaria Nacional de Defesa Civil e por conseguinte uma justificativa para a aprovação prévia do plano de trabalho. Mostrou o desempenho de cada Estado e solicitou a reflexão dos senhores Governadores. Apresentou o PRONAF com mais de R\$106 milhões, Empréstimo rural R\$9,5 milhões, e Industriais R\$10 milhões. Destacou que foi uma conquista junto à Presidenta Dilma a possibilidade do crédito de emergência assistir o comércio e serviço. Ressaltou que com relação às atividades produtivas no Semiárido, a grande maioria do crédito vem sendo empregada para



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

investimento na melhoria das propriedades com objetivo de reforçar as atividades em momentos de dificuldades como o que está sendo enfrentado. Em um rápido balanço das ações estruturais do Ministério da Integração, fez sua apreciação sobre o Programa “Água para Todos” e os investimentos do PAC em oferta de água. Citou a realização de convênios com os Estados e a descentralização de recursos para o DNOCS e a CODEVASF no que concerne ao implemento de cisternas. Fez a relação entre os PAC1 e PAC2 no Semiárido, nas áreas afetada pela estiagem, quando estão sendo investidos em 18 meses de Governo da Presidenta, R\$ 2,504 bilhões, com disponibilidade de recursos ainda para aplicação até o final de 2014 em importantes obras estruturantes como a transposição do São Francisco, o Cinturão das águas do Ceará, Vertentes Litorâneas na Paraíba, Barragem Oiticica no Rio Grande do Norte, Adutora do Feijão na Bahia e Adutora do Agreste em Pernambuco. Finalizando a apresentação informou aos senhores governadores que a Presidenta Dilma irá melhorar o montante de investimentos em obras estruturantes. Na seqüência houve a assinatura do protocolo de intenções entre o Ministério da Integração e a UNICEF para assegurar a universalização da água boa e tratada para toda a população do Semiárido brasileiro, revelando preocupação com as crianças da região, sobretudo, investindo nas instalações físicas de escolas rurais. Nessa solenidade participou o representante da Ministra Tereza Campelo (MDS), Marcos Dal Fabbro, Diretor de Fomento à Estrutura Produtiva. O Ministro explicou que a UNICEF vinha desenvolvendo diversas ações de cooperação e colaboração com diversos governos estaduais e prefeituras municipais. Agradeceu a presença do senhor Gary Stahl, representante da UNICEF no Brasil, oferecendo a palavra para seu pronunciamento sobre as ações da UNICEF no Semiárido. O senhor Gary Stahl (UNICEF) agradeceu a oportunidade e saudou todos os presentes. Falou da importância da SUDENE para a redução da desigualdade que afetam a infância, as crianças e adolescentes no Nordeste como parte do desenvolvimento do Semiárido. Explicou sobre a convenção internacional dos direitos das crianças e dos esforços de sua Instituição nas áreas de maior desigualdade, citando o Semiárido, a Amazônia e ainda em algumas grandes cidades do Brasil. Distribuiu uma publicação aos Conselheiros com indicadores atuais que serão reformulados com os comitês estaduais no mês de agosto para começar um novo ciclo do Pacto entre os governos. Mostrou a diferença das taxas de matrícula dos adolescentes entre 15 a 17 anos no ensino médio entre o Brasil e os Estados do Pacto e que pretendiam, com esse ritmo, fazer com que o Nordeste venha a alcançar a média nacional nos próximos anos. Em Outra amostragem relacionou o percentual de domicílios que possuem abastecimento d’água para consumo humano que o progresso no Nordeste estava 4 vezes mais rápido que no resto do país. E finalmente, que a UNICEF irá continuar trabalhando no Semiárido. Atualmente estavam no 4º ano finalizando o ciclo com 861 municípios participando e exaltou a importância de trabalhar juntamente com o governo federal, estadual e municipal, além da sociedade civil e que para lograr esses resultados, para as crianças, esperava continuar com o apoio de todos. Em seguida o Ministro passou a palavra ao Ministro Leônidas Cristino da Secretaria Especial de Portos, agradecendo ter aceitado o convite, por sugestão da Superintendência da SUDENE, de que a cada reunião se possa trazer um tema para debate e reflexão dos senhores Conselheiros. No caso, informações sobre as ações e os investimentos que o Governo Federal vem realizando no Nordeste Brasileiro no âmbito



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

da infraestrutura portuária. Iniciou agradecendo a oportunidade e cumprimentou a todos o presentes. Falou da importância do setor portuário no Brasil e que para um país crescer com consistência é preciso que tenha o setor portuário eficiente. Destacou que entre os 35 portos públicos no Brasil, 12 estavam no Nordeste fazendo crescer a economia Nordestina e conseqüentemente a do Brasil. Apresentou o histórico do crescimento das embarcações. Hoje, tem-se embarcações com 395 metros de comprimento e que precisam de um calado acima de 15 metros, transportando, aproximadamente, 15 mil contêineres. Esclareceu que o porto que possuir um berço de 200 ou 250 metros ainda não estaria com capacidade para receber o padrão das grandes embarcações que circulam no litoral brasileiro. Falou sobre a corrente marítima como o transporte do comércio brasileiro e por isso a Presidenta Dilma estaria investindo muitos recursos para o país ficar, cada vez mais, preparado para o crescimento desejado da economia. Ressaltou que se o Brasil está crescendo e o Nordeste muito mais, precisava-se, ainda, de maior investimento na Região. Explicou a matriz do transporte brasileiro. O ideal que esta seja linear, ou seja, 61% do total transportado segue pelas rodovias, 21% pelas ferrovias e apenas 14% pelo transporte marítimo de cabotagem, ocasionando um prejuízo extraordinário para a economia brasileira. O planejamento é que em 2025 a matriz esteja linear, a economia no Brasil melhorada e que os produtos sejam cada vez mais competitivos no mercado internacional e a matriz projetada para: 30% rodoviário, 35% ferroviário e 30% transporte de cabotagem. Não sendo necessário destruir o entorno para mais rodovias, melhorando o meio ambiente, pois serão consumidos menor quantidade de combustível fóssil, ainda que, o transporte, em embarcações e navios, tem mais segurança e ainda a preocupação da carga chegar na porta do destinatário, pois, algumas empresas de navegação já estão trabalhando neste sentido. Continuou sua palestra citando as principais obras realizadas e em andamento nos portos do Nordeste. Finalizou destacando os Planos Diretores elaborados para 15 dos 35 portos públicos do Brasil. O Ministro agradece ao Ministro Leônidas Cristino pela apresentação e pela participação na reunião. O Presidente do CONDEL ofereceu a palavra aos Governadores que quisessem fazer perguntas ao Ministro Leônidas sobre o assunto abordado. Apresentaram questões o Governador da Paraíba que citou a importância do porto de Cabedelo, a Governadora Rosalba do Rio Grande do Norte que enalteceu o esforço do Ministro dos Portos, falando também sobre a rota do turismo oceânico. Em seguida o representante da CNA fez algumas observações sobre a falta do milho nos postos da CONAB nos estados do NE, e ainda a necessidade de se encontrar uma forma de desburocratizar o crédito emergencial frente ao BNB. O Ministro Fernando Bezerra Coelho retomou a palavra respondendo à CNA que as observações seriam analisadas, avaliadas e consideradas pela CONAB e pelo BNB. A representante da CONTAG concordou sobre a dificuldade e a burocracia existentes no BNB, principalmente, para o pequeno produtor da agricultura familiar e propôs como extra pauta dessa reunião, uma apresentação com o cenário futuro, no sentido de prevenir algumas questões que possam vir a acontecer no final deste ano e início do próximo. Como não pôde acontecer solicitou que na próxima reunião do CONDEL fosse feita tal apresentação e passou a palavra para o seu suplente explicar melhor o assunto. O Suplente da CONTAG disse ser pertinente que o CONDEL tenha a previsão, no âmbito dos índices pluviométricos para a próxima safra, para aprovar ações estruturantes nesse sentido e que a agricultura



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

familiar venha a ser contemplada. Desta forma solicitou que na próxima reunião estejam presentes instituições e/ou pesquisadores que possam demonstrar o cenário para a agricultura. O Secretário de Estado de Desenvolvimento do Norte de Minas e Vales do Jequitinhonha e Mucuri pediu a palavra e falou da importância da nova SUDENE e do programa Água para Todos. Parabenizou o Ministro da Integração pela sua atuação nesse sentido. Agradeceu ao Presidente interino do BNB por ser o grande parceiro da região que representa e aproveitou para dizer da ausência do Governador Anastásia devido a compromissos em sua agenda e finalizou parabenizando, mais uma vez, o Ministro pela condução dos trabalhos e de sua atuação nas regiões brasileiras. O Ministro quis, neste momento, fazer um comentário sobre as falas dos representantes da CONTAG, que de fato não trouxeram a apresentação sobre os cenários futuros de previsão de clima e tempo para a próxima safra, porém, a Presidenta estará inaugurando no início de agosto o Centro Nacional de Alerta a Desastres Naturais (CENAD) que será um instrumento importante para que o Ministério da Integração possa consolidar as informações de todos os institutos de meteorologia do IM, que serão tratadas e alimentarão os sistemas estaduais de defesa civil como a todos os órgãos vinculados à agricultura, às atividades produtivas que queiram ter acesso aos prognósticos de clima e tempo das diversas regiões brasileiras. O Governador Ricardo Coutinho reforçou o diálogo que tiveram nas reuniões do CONDEL em Aracajú e em Recife a cerca do Programa do Leite. Há uma necessidade de atualização do preço que está congelado desde 2007, criado em 2003 e reajustado em 2007, ficando ainda defasado não só na concorrência dos laticínios privados, mas, nesse momento por conta da estiagem, coloca em risco a manutenção do rebanho. Apelo ao Ministério de Desenvolvimento Social pela atualização do valor do leite, pela saída emergencial para que possam manter o Programa. Solicitou uma resposta imediata, pois todos estão esperando há algum tempo. Quis registrar este apelo porque o tema já fora tratado em duas reuniões e aguarda ter uma resposta clara e objetiva a cerca dessas questões. A Governadora Rosalba aproveitou para dizer do problema em seu Estado, Pernambuco e Ceará, semelhante ao do Leite. Sugeriu ir, em bloco, falar com o MDS com a intermediação do Ministro Fernando Bezerra, porque na estiagem o custo é muito alto para se manter o rebanho e realmente necessitam do referido reajuste nesse momento. O Ministro agradeceu as intervenções do Governador Ricardo Coutinho e da Governadora Rosalba, salientou não se ter neste momento o representante do MDS, que teve que se deslocar para Brasília, mas recomendou ao senhor Sergio Castro, Secretário de Políticas do Desenvolvimento Regional para ser agendado um encontro com a equipe da Ministra Tereza Campelo, com a presença dos governadores ou seus representantes, para que essa questão possa ser examinada e tenha uma posição final por parte do Governo Federal. A representante da CONTAG complementou sobre o assunto que no Grito da Terra, em maio passado, a Federação dos trabalhadores da Agricultura do Maranhão, solicitou o referido reajuste, tendo a concordância do MDA, porém também aguardava a resposta do MDS e solicitou a presença da CONTAG nessa reunião. O Ministro concordou e solicitou ao Secretário Sérgio Castro a anotação e organização da reunião. O Senhor Emmanoel Ferro, Diretor Presidente da Previdência Municipal de Petrolina/PE, representante da Associação Brasileira de Municípios, quis registrar que na reunião do Comitê Técnico foi discutida a possibilidade da SUDENE criar uma entidade que, junto ao BNB,



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
CONSELHO DELIBERATIVO
SECRETARIA-EXECUTIVA**

pudesse dar orientação quanto à elaboração de projetos aos municípios, destacando o exemplo de Petrolina que criou a usina de projetos, o quê muito ajudou a busca de projetos, tanto pelo Governo Federal quanto pelo Governo de Pernambuco. Finalizou, sugerindo uma central de atendimento aos municípios na execução de projetos que seguirão aos ministérios do Governo Federal. De volta com a palavra o Ministro agradeceu as intervenções, consultou os demais membros do Conselho se ainda desejariam fazer alguma manifestação, não havendo, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 15ª Reunião do CONDEL. O Secretário-Executivo do CONDEL solicitou que fosse lavrada a presente Ata e que, depois de aprovada, será assinada por ele, Superintendente Luiz Gonzaga Paes Landim, Secretário-Executivo do CONDEL e pelo Ministro Fernando Bezerra Coelho, Presidente do Conselho Deliberativo da SUDENE. A íntegra das discussões e das apresentações ocorridas no CONDEL está consignada em gravação disponível aos Conselheiros e, o registro de presença dos Conselheiros e Autoridades Convidadas, constitui parte integrante desta Ata.

Fernando Bezerra de Souza Coelho
Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional
Presidente

Luiz Gonzaga Paes Landim
Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Secretário-Executivo

ORIGINAL ASSINADO